

A longa lista de irregularidades à frente do IPC

147

Ao apresentar ontem sua renúncia ao mandato de Deputado federal, Gustavo de Faria (PMDB—RJ) buscou assim encerrar um capítulo negro na história do Congresso Nacional. Ao longo de dois anos, na Presidência do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), Faria acumulou uma longa lista de irregularidades, à qual responde a processos por crimes de peculato e “colarinho branco”.

Deputado federal constituinte, eleito pelo PMDB do Rio, com 34.954 votos, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, 53 anos, é bacharel em direito, empresário rural e Capitão do Exército reformado pelo AI-5. Filho do General Gustavo de Faria e sobrinho do também General Vicente de Paulo Dale Coutinho, Ministro do Exército no Governo Geisel, Gustavo de Faria está integrado, na política estadual,

ao grupo do Senador Nélson Carneiro, seu antecessor na Presidência do IPC e justamente quem o apadrinhou.

Na Constituinte, apesar de faltar a mais da metade das sessões, marcou posição na votação de alguns pontos polêmicos, mostrando-se favorável ao mandato de cinco anos para o ex-Presidente José Sarney e à emenda que instituía a pena de morte, proposta pelo Deputado federal Amaral Netto (PDS—RJ).

Mas foi no IPC que Gustavo de Faria ganhou as manchetes dos principais jornais do País. Na manhã do dia 29 de dezembro de 1983, quando as atividades do Congresso estavam paradas para o recesso de fim de ano, teve início o processo de aplicação irregular de CZ\$ 4,4 bilhões, à época, do dinheiro da previdência dos parlamentares.

Este dinheiro, que significava 45,17% do ativo do IPC, foi desembolsado na compra de 850 debêntures da empresa Rural de Colonização S/A, de propriedade de Umberto Modiano. A Rural de Colonização especializou-se em construir condomínios em Búzios, Região dos Lagos, no Rio.

As debêntures, resgatáveis em dez anos, foram lançadas no mercado pela Rural de Colonização com o objetivo de conseguir recursos para um lançamento em Búzios. Os títulos, porém, até chegarem ao IPC, passaram no mesmo dia por várias mãos. Inicialmente, foram adquiridos à Rural de Colonização pela corretora Humberto Pentagna, que trabalhava para o IPC, por apenas CZ\$ 1,3 bilhão. Daí, a Pentagna os repassou para a Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, que, por sua vez,

fez as debêntures chegarem a Gustavo de Faria, já custando CZ\$ 4,4 bilhões — valor pelo menos três vezes superior ao preço de mercado. Ninguém conseguiu apurar, até hoje, com quem ficou a diferença de CZ\$ 3,1 bilhões.

O caso das debêntures, porém, não foi o único. Segundo auditorias da Câmara e do Senado, Gustavo de Faria fez duas aplicações em Recibos de Desconto Bancário (RDBs), de 700 mil e 300 mil, já em cruzados novos, a juros menores do que as taxas estabelecidas pelo Banco Central. As aplicações, no Banco Econômico, deram um prejuízo de NCZ\$ 220.689,92. Também consta nos arquivos do Congresso a aquisição de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), posteriormente trocados por obrigações da Eletrobrás: a transação deu um prejuízo de 1,26 bilhão de cruzados ao IPC.